

**PANDEMIA, CRISE GLOBAL
E FORTALECIMENTO
DAS VOZES DE
MULHERES E JOVENS**

RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO

Preâmbulo	3
Impactos da pandemia em mulheres indígenas e afrodescendentes	5
Algumas das consequências do impacto da covid - 19.....	6
Como nós organizamos e participamos em nossas comunidades	
E territórios frente à covid - 19	7
Segurança e soberania alimentar	8
Defesa dos territórios	9
Espiritualidade.....	10
Prevenção da violência, abuso sexual e tráfico de menores e adolescentes	11
Pessoas com deficiência e indígenas urbanas.....	11
Educação e acesso às telecomunicações	12
Reconhecendo nossas Capacidades e pontos fortes.....	13
Estratégias que as mulheres indígenas e afrodescendentes compartilharam	
Compartilhando Nossas práticas e experiências	14
Algumas conclusões	16
Fontes consultadas	18

Documento de pesquisa realizada por Maricela Kauffmann e Margarita Antonio, com a colaboração de Tangny Hodgson e Nidia Bustillos, junho-outubro de 2020.

PREÂMBULO

Nosso tempo está marcado pelo contexto da pandemia de COVID-19, que trouxe à luz, junto com a crise global, iniquidades sistemáticas e estruturais, e afetou desproporcionalmente grupos como povos indígenas e afrodescendentes. Embora seja verdade que a humanidade enfrentou pandemias ao longo de sua história, esta destaca a pouca preparação dos Estados para enfrentá-las. Observando o relato histórico, os povos indígenas “avançam olhando para trás” para não repetir erros, apesar de toda a opressão, tem-se vindo guardando furtivamente uma longa experiência acumulada de saberes e conhecimentos ancestrais.

A mudança climática e o efeito estufa são expressões da era antropogênica que está colocando em risco a estabilidade ambiental do planeta, com o surgimento de furacões, inundações e secas que dificilmente podem ser mitigadas. Os efeitos para as mulheres indígenas e afrodescendentes são devastadores, porém geram propostas inovadoras e essenciais para o enfrentamento da matriz civilizacional do Ocidente. Em tempos de crise global, é importante conhecer e documentar o trabalho das lideranças desde os tempos das mulheres indígenas e afrodescendentes. Elas se organizam na defesa de seus direitos individuais e coletivos nos diferentes espaços de negociação e diálogo internacionais, regionais e locais, para melhorar a existência e o modo de vida em seus territórios.

No curto prazo, vimos o surgimento de novos atores, formas de trabalho e de adaptação. Os povos indígenas e afrodescendentes (PIA), nesse contexto, continuam enfrentando desigualdades e lacunas de equidade significativas. Portanto, os Estados estão obrigados a tomar medidas extremas em favor dos mais afetados por essas desigualdades, para assegurar que os planos de resposta à COVID-19, no âmbito nacional,

garantam a proteção integral de todas as pessoas. A maioria dos Estados do Sul Global não soube lidar com este contexto, com tentativas ineficazes para que os serviços de saúde não colapsassem e não se propagasse o contágio entre as pessoas, estratégias de contenção foram utilizadas na maioria dos países, o que provocou uma severa deterioração no sistema econômico internacional, nacional e local, agravando também as esferas social e política, onde os povos indígenas sofrem maior impacto. Assim, as contas pendentes dos Estados com os PIA, historicamente vítimas de agressões, etnocídios, violações de direitos humanos, e cujos líderes sociais foram e estão sendo agredidos, ameaçados e assassinados, veio somar-se a crise sanitária.

As recentes recomendações ao Estado colombiano de Aída Quilcué Vivas, líder do povo indígena Nasa e conselheiro para os direitos dos povos indígenas, direitos humanos e paz da Organização Nacional Indígena da Colômbia (ONIC), antes da pandemia, permanecem válidas e são relevantes para outros Estados: “Primeiro, que cumpram a Constituição Política. Em segundo lugar, que se fortaleça o sistema de coordenação entre a jurisdição especial indígena e a jurisdição ordinária, porque temos uma jurisdição própria que é constitucional [...]. Terceiro, é necessário que comece a haver resultados efetivos nas investigações, tanto no âmbito nacional quanto internacional, e que sejam públicos. [...] Continuamos sem obter resultados sobre quem são os autores materiais e intelectuais dos assassinatos, deslocamentos, confinamentos e todos os fatos de vitimização que sofremos os povos indígenas. Enquanto não tivermos isso, não teremos justiça. Eu realmente espero que essas recomendações sejam cumpridas e que possamos ter paz e justiça.” (Indepaz, 2018).

No 1º de junho de 2020, o Instituto Afrodescendente de Estudo Regional, Pesquisa e Desenvolvimento, a Associação Projeto Caribe da Costa Rica, a Associação de Mulheres Afro-Colombianas AMUAFROC, da Colômbia, e o Grupo Xango da Argentina, exortaram os Estados a ratificar a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Conexas de Intolerância. E alertaram: "A COVID-19 se intensificou e pôs em evidência que nossas sociedades têm injetados em seu sangue os estereótipos e imaginários racistas, resultando em grandes desvantagens, assim como disparidades sociais e econômicas que têm como resultado maiores consequências em nossas comunidades".

É urgente e necessário aprofundar a contribuição feminina para a manutenção da coesão social, e propor um sentido de futuro nos próprios espaços e tempos, vinculados à formação e reprodução familiar, comunitária e cultural, bem como à geração de renda como trabalhadoras domésticas e outras atividades produtivas fora do contexto familiar em espaços urbanos.

Este ensaio aborda alguns dos espaços que as mulheres indígenas e afrodescendentes percorreram nos tempos da pandemia de COVID 19, organizando algumas experiências relevantes da contribuição feminina para a coesão social no quadro regional, resgatando aprendizados e boas práticas de lideranças, participação e capacidades organizacionais das esferas do conhecimento familiar, comunitário e ancestral.

De forma específica, identificamos os obstáculos para a participação plena das mulheres na formulação de alternativas, reconhecendo suas capacidades e aprendizagens, compartilhando suas experiências em processos de adaptação e resiliência comunitária.

Nos aproximamos da realidade das organizações de mulheres dos PIA, parceiras, aliadas, participantes ou doadores do Programa Building Institutions and Networks, Ford Foundation (BUILD) na América Central e do Sul e na Ásia, por meio de conversas virtuais. Buscando não as sobrecarregar, acompanhando-as, ouvindo-as para apoiá-las em seus esforços, com as energias e forças que reúnem para garantir a continuidade do legado que receberam e como descobrem alternativas em circunstâncias totalmente adversas. As informações primárias existentes nos sites de suas organizações e outras fontes secundárias foram analisadas para obter informações específicas sobre adaptação à mudança, resiliência e liderança de mulheres indígenas e afro em situações de crise.

As seguintes seções abordam o impacto da pandemia sobre as mulheres indígenas e afrodescendentes, e as formas de organização e participação nas comunidades e territórios. Algumas recomendações das organizações e movimentos são resumidas, destacando as capacidades e fortalezas diante da crise socio sanitária e, finalmente, algumas conclusões são compartilhadas.

IMPACTOS DA PANDEMIA EM MULHERES INDÍGENAS E AFRODESCENDENTES

A pandemia teve impactos específicos na vida das mulheres e aprofundou as desigualdades de gênero nos contextos da vida individual e coletiva. Os antecedentes mais próximos a situações de emergência são talvez conflitos armados, genocídios / etnocídios, desastres naturais, mas nenhum foi tão imprevisível quanto a atual pandemia.

Coletamos os mecanismos e instrumentos para gestão dos aspectos fundamentais da emergência, na perspectiva das mulheres indígenas e afrodescendentes, no contexto dos seus coletivos comunitários e / ou da sociedade civil, para propor diferentes alternativas teóricas, com soluções mais justas e inclusivas para PIA e igualdade de gênero, que permitam mudar o status quo que existia antes da pandemia.

As medidas tomadas globalmente para conter o contágio significaram a implementação de espaços de confinamento e quarentena orientados à proteção do sistema de saúde pública, e evitar o colapso dos serviços de saúde; porém, sua aplicação não é neutra desde a perspectiva indígena e de gênero. Nenhuma medida especial e específica foi adotada para enfrentar o impacto da pandemia nos setores sociais mais vulneráveis. As situações críticas têm sido encontradas nas áreas rurais onde se assentam comunidades indígenas e, com maior incidência, em mulheres indígenas. Assim, além de serem afetados na área da saúde por não terem condições de prevenir contágios, também sofrem as piores consequências socioeconômicas devido ao confinamento, pela precariedade do trabalho que prevalece nas regiões, onde 86% das pessoas indígenas em todo o mundo trabalham na economia informal com salários geralmente baixos e sem proteção social (OIT, 2020a, p. 2).

O lar se tornou o espaço onde tudo acontece: cuidado, educação dos meninos, meninas e adolescentes, socialização e trabalho produtivo; da mesma forma, violência intrafamiliar. A carga de trabalho relacionada ao cuidado e atenção das pessoas, cuja resposta deve ser coletiva, tem aumentado. Os indicadores mostram um aumento da violência de gênero e da violência contra crianças devido ao confinamento e ao limitado acesso das mulheres aos serviços públicos de atendimento, prevenção e punição da violência, que não são considerados essenciais. Embora atualmente a maioria dos governos esteja adaptando medidas ao contexto da emergência, são necessárias medidas extraordinárias. Um ano após o início da pandemia no Brasil, já são mais de 400 mil mortes, com pico médio de 3.900 mortes diárias.

A COVID-19 expôs as históricas desigualdades estruturais que colocam as mulheres entre os grupos de maior risco, ainda mais às mulheres da PIA, pelas condições singulares em que vivem. Para muitas organizações, o impacto da pandemia foi decisivo organizacional e operacionalmente. Como muitas comunidades da PIA estão abandonadas e o sistema de saúde é precário, as mulheres enfrentam grandes limitações no acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, como partos hospitalares, o que pode aumentar a mortalidade materna. Os governos nacionais, face à emergência, não lidaram com a situação de forma adequada, e se percebe que a pobreza e o desemprego continuarão a crescer.



O Centro de Estudos das Relações e Desigualdades do Trabalho (CEERT), do Brasil, evidenciou a incapacidade de alguns Estados para responder à doença: "No Brasil já temos mais de 160 mil mortes, mas é preciso destacar que há uma enorme subnotificação. Além disso, existem alguns grupos que são mais afetados, como as populações negras e os povos indígenas. O CEERT está priorizando as ações em rede, em conjunto com outras organizações afrodescendentes, para denunciar as ações do Estado e fazer com que o Poder Judiciário e o Legislativo atuem, assegurando o cumprimento da legislação, pois vivemos um momento de desmantelamento das políticas públicas, principalmente na área da saúde, onde o racismo, as desigualdades e a insegurança alimentar se intensificam".

Na Colômbia, o ONIC oferece dados estatísticos sobre as implicações da COVID-19 para os povos indígenas desta nação: "Nós, neste momento, ou no final de outubro, temos 72 povos afetados pela pandemia. Mais de 33.000 casos de COVID-19 em nossos povos indígenas e 1.177 mortes pela pandemia."

Na Guatemala, a pandemia influenciou o trabalho das organizações de base comunitária, afetando diretamente sua forma de funcionamento e organização. Udiel Miranda, da Asociación Comisión Paz y Ecología (COPAE), menciona: "Nós, assim como a COPAE e o Povo Maia em geral, consideramos que o impacto da pandemia na organização teve efeitos negativos e positivos. [...] aspecto positivo que a pandemia nos obrigou a promover o projeto político em aliança com o CPO, que tem a ver com o exercício do direito de autodeterminação dos povos indígenas da Guatemala e do Estado Plurinacional, como uma

resposta de como harmonizar e garantir o exercício dos direitos coletivos na Guatemala".

A organização Enlace Continental de Mujeres Indígenas de las Américas (ECMIA), por meio de Norma Don Juan, testemunha:

"A pandemia nos afetou muito; somos uma rede de organizações em nível continental e somos mais presenciais. Para nós é importante compartilhar a palavra e, agora, estar nestes espaços virtuais. É outro formato e também são espaços muito pequenos. Tem sido difícil para nós entrar nessas formas de participação virtual. Aqui percebemos o quão difícil é e a brecha tecnológica que essa pandemia veio estabelecer."

ALGUMAS DAS CONSEQUÊNCIAS DO IMPACTO DA COVID - 19:

- Aumento da violência, discriminação e racismo;
- Perda de espaços de espiritualidade, cultura e transmissão intergeracional de conhecimentos;
- Aumento da carga de trabalho das mulheres para cuidar da família e outras tarefas;
- Efeitos na saúde mental;
- Acesso limitado a serviços de saúde precários;
- Falta de alimentos e efeitos nos sistemas produtivos, de comercialização e emprego;
- Fechamento de escolas, abandono escolar e acesso limitado à tecnologia;
- Impacto nos territórios indígenas por projetos extrativistas;
- Incremento da vulnerabilidade de povos indígenas isolados;
- A situação de alta vulnerabilidade das lideranças indígenas que defendem os territórios.

Embora o vírus possa contagiar qualquer pessoa, sem discriminação, em sociedades tão desiguais como as do Sul global, muitas comunidades podem estar sob maior risco de contágio e com menos recursos para sua proteção, ao estar localizadas em áreas rurais, dispersas e sem infraestrutura para acesso. Outras estão em áreas periurbanas que não têm acesso a água segura para lavar as mãos (uma das medidas principais e primárias para prevenir a propagação de vírus) e seguir as medidas de biossegurança. Frente a estas dificuldades, as mulheres indígenas e afrodescendentes trabalham em seus projetos de vida, assumindo mudanças de comportamento que protejam os setores mais vulneráveis, desenvolvendo suas capacidades de liderança e se posicionando em seus territórios

COMO NÓS ORGANIZAMOS E PARTICIPAMOS EM NOSSAS COMUNIDADES E TERRITÓRIOS FRENTE À COVID - 19

A capacidade organizacional e resiliente das mulheres é evidenciada em ambientes familiares e públicos. As mulheres indígenas e afrodescendentes se organizam historicamente desde diferentes ambientes, em nível familiar são as cuidadoras e protetoras da família e, em nível comunitário, são as líderes espirituais que exercem a governança dentro de suas comunidades, preservando e revitalizando a língua, a cultura e o conhecimento ancestral. Seus ambientes organizacionais convergem da autogestão alimentar à conservação ambiental.

A ECMIA, em contato com mais de 30 organizações indígenas de mulheres e mistas em 23 países latino-americanos, compilou os relatórios emitidos pelos Estados e pelas próprias organizações, vislumbrando a situação das mulheres indígenas na região. O resultado é o Informe Regional: MULHERES INDÍGENAS DAS AMÉRICAS FRENTE A PANDEMIA DE COVID-19 (maio-2020), que emite 15 recomendações para garantir a plena participação das mulheres indígenas: a urgência de apoiar as iniciativas de mulheres e jovens indígenas; importância da desagregação de dados; divulgação de medidas de prevenção do contágio nos idiomas dos povos; e elaboração de protocolos de atendimento à população indígena, entre outros



Em exercício semelhante, a Rede Nacional de Defensores de Direitos Humanos de Honduras divulgou o guia medicinal garífuna de combate à COVID-19, que a Organização Fraternal Negra de Honduras (OFRANEH) elaborou para compartilhar receitas a base de plantas medicinais úteis para o alívio dos sintomas produzidos pela COVID-19.

As Organizações Garífunas, Negras e Quilombolas (Brasil, Colômbia, Equador e Honduras) estabeleceram por videoconferência, em abril de 2020, acordos comuns sobre a crise provocada pela pandemia COVID-19, reconheceram a precária situação dos sistemas de saúde e a preocupação conjunta referida ao acesso e fornecimento de alimentos às comunidades PIA. Reafirmaram a importância de ter uma agenda estratégica ativa para avançar na proteção, sistematização de suas ações e basear sua prática nos conhecimentos ancestrais das comunidades por meio das redes médicas estabelecidas pelos povos indígenas; também para defender e conservar seus territórios, tudo por meio de um trabalho conjunto, articulado e solidário com outras organizações.



Há experiências como a do CHIRAPAQ, que atua em parceria com jovens indígenas, para demandar educação sexual e reprodutiva, bem como serviços de saúde relevantes e assim evitar a gravidez e a maternidade em meninas e adolescentes indígenas no contexto da COVID-19. Esta mesma organização está colaborando com os indígenas de Cantagallo, fornecendo água e máscaras que permitirão que se protejam contra o vírus.

As organizações de mulheres indígenas e afrodescendentes tomaram medidas firmes para enfrentar os desafios e ameaças da pandemia, e trabalharam a partir de várias formas organizacionais vinculadas a seus sistemas de governança ancestrais. Se organizaram adotando um modelo de assembleia comunitária que funciona como um espaço de consensos e tomada de decisões democráticas a partir da comunidade. Por meio deste mecanismo, a assembleia propõe uma diretoria representativa e passa a fazer parte da assembleia geral. Também propõe conselhos administrativos e de fiscalização, assumindo compromissos de trabalho transparentes e prestação de contas, elementos fundamentais para gerar um ambiente de confiança que permita a construção de objetivos comuns.

SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR



Em alguns países, estratégias têm sido implementadas para garantir o acesso dos povos indígenas aos alimentos, mas com algumas limitações de cobertura e, geralmente, não incluem produtos tradicionais dos povos indígenas (CEPAL, 2020). Diante dessas circunstâncias, os povos indígenas organizados têm conseguido desenvolver estratégias de cooperação e reciprocidade.

Muitas comunidades estabeleceram a troca de produtos e o controle dos mercados comunitários, a fim de controlar a especulação e a acumulação de produtos. Da mesma forma, promoveu-se o resgate da economia comunitária, junto à segurança e soberania alimentar, por meio da criação de hortas, da produção de grãos básicos e do estabelecimento de bancos de sementes.



As Mulheres Quebradoras do Coco Babasú (MIQCB, Brasil) e a Aliança dos Povos Indígenas do Arquipélago (AMAN) promoveram a segurança alimentar por meio da entrega de embalagens alimentares aos chefes de família. Sandra Regina expressa: "Mudamos nossas atividades e conversamos com nossos doadores, e contatamos outros doadores para fazer uma cesta básica, porque depois de 60 dias, 90 dias, descobrimos que tínhamos muitos familiares que precisavam de alimentos. [...] Conseguimos recursos para fazer cestas básicas de alimentos e cestas básicas de higiene, já que na zona rural nem todas as famílias têm máscara, álcool gel. Ativamos os governos estaduais e também o governo federal. Durante a pandemia, aumentaram os casos de violência contra as mulheres e os conflitos agrários".



A AMAN possui um programa de soberania alimentar indígena a partir de um enfoque sustentável. Annas Radin Syarif explicou como é sustentado este esforço:

"Em primeiro lugar, a economia indígena, como uma força nacional baseada no espírito de Deus e em nossa cooperação mútua, reciprocidade e justiça, que provou sobreviver a esta crise. Em segundo lugar, estamos fortalecendo a soberania alimentar dos povos indígenas como o principal pilar da soberania alimentar nacional, incluindo a preservação e promoção dos alimentos locais, fortalecendo o sistema de produção de alimentos indígenas, incluindo o conhecimento indígena e inovação tecnológica em território indígena. E terceiro, também fomentamos uma maior resiliência da comunidade. Construímos mecanismos de resiliência em uma comunidade indígena para enfrentar a crise recente, como a pandemia de COVID-19 e outras crises futuras".

São várias experiências semelhantes, planejadas e executadas a partir das próprias organizações de base e indígenas, que passaram despercebidas, principalmente aos "olhos dos Estados / governos". Por exemplo, no Equador, as nacionalidades Chachi e Tsáchila criaram mecanismos para trocar produtos com outros povos; no Peru, as comunidades Paru Para, Chahuaytire, Amaru e Pampallacta forneceram alimentos para as pessoas que estavam confinadas em Cusco. Na Costa Rica, foi criado o "centro indígena de escambo virtual" para o intercâmbio equitativo de produtos e recursos. No Chile algumas comunidades Mapuche doaram 6.000 quilos de alimentos para panelas comuns na cidade de Temuco (CEPAL, 2020).

DEFESA DOS TERRITÓRIOS



As ameaças de subjugação dos territórios indígenas continuaram durante a pandemia, existindo argumentos de que teriam se expandido aproveitando a situação de crise. A perda do controle territorial, devido ao aumento das ameaças de invasão por colonos, mineradoras, madeireiras e grupos irregulares de narcotraficantes, tem gerado um risco maior de contágio, limitando as possibilidades de geração de estratégias autônomas de enfrentamento à pandemia. Apesar de, em várias regiões indígenas, as cercas sanitárias terem sido concebidas como medidas de contenção e mitigação, proibindo o acesso de terceiros às comunidades ou estabelecendo determinados protocolos de circulação e isolamento, tudo isso com base no direito de autodeterminação, muitas vezes essas medidas de proteção não têm sido respeitadas. Pelo contrário, essas intromissões foram endossadas pelos próprios Estados com a desculpa de prioridade nacional (CEPAL, 2020).



A Coordenadora das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB, Brasil) propõe um exemplo organizacional de força, que se focou na defesa de seus territórios contra a invasão de colonos e a extração de seus recursos naturais. Nilcélio Jiahui, representante desta instância, afirma: "A pandemia trouxe muitas invasões de terras indígenas, tala de madeira e extração mineral, sem contar o incêndio que se espalha na Amazônia e em terras indígenas. Com tudo isso, vivemos a pandemia de COVID-19, mas resistimos e queremos participar das reuniões para fortalecer nossos territórios e os direitos dos povos indígenas".

Os Estados latino-americanos priorizam menos a proteção dos territórios indígenas e dão maior importância a outras agendas. Diante dessa realidade, lideranças indígenas do Brasil elevaram suas vozes para garantir a defesa de seus territórios por meio de campanhas nas Redes Sociais, identificadas por #MinersOutCovidOut, que visa impedir a invasão do território Yanomami por garimpeiros ilegais, principal vetor de infecção por Covid-19 e outras doenças como a malária. O brasileiro Maurício Ye'kwana, diretor da Associação Hutukara Yanomami e porta-voz da referida campanha, na 45ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU (CDH) alertou sobre a crescente devastação e contaminação do meio ambiente: "Nosso território tem sido invadido por mais de 20.000 garimpeiros de ouro ilegais, que trazem doenças como a malária, além de álcool, drogas e violência para nossas comunidades, além de poluir nossos rios com mercúrio. Em 2020, dois Yanomamis foram mortos por Garimpeiros.

Na pandemia, os mineiros também trouxeram Covid-19, infectando comunidades que viviam perto de áreas de mineração. Como líderes, temos exigido que o governo brasileiro cumpra seu dever de remover os mineiros ilegais, mas o governo não nos deu uma resposta adequada para esse problema. Ao contrário, em discursos públicos, governantes incentivam a exploração ilegal de ouro em terras indígenas na Amazônia, o que intensifica as ameaças contra nós. Continuamos vendo a floresta sendo destruída. Por isso venho, mais uma vez, denunciar a negligência do Governo brasileiro. Pedimos o apoio da comunidade internacional para que nossos direitos sejam respeitados".



As comunidades indígenas preservam e revitalizam seus valores espirituais, cada uma possui formas diferentes de praticá-los e vivê-los. Por meio dessas práticas conseguiram enfrentar, compreender e viver a pandemia. A espiritualidade constitui um valor transcendental para as comunidades, famílias e indivíduos. ECMIA propõe uma lógica de trabalho em processos de formação e conscientização no contexto da COVID-19. Norma Don Juan afirma: "Esta pandemia nos fez modificar alguns exercícios de espiritualidade. Para nós, o contato com o território, com a natureza e com as comunidades é importante. Mas também sabemos que o fortalecimento da espiritualidade nestes tempos difíceis é muito necessário."

A crise socio sanitária tem sido abordada a partir de parâmetros biológicos e físicos, porém, na concepção de saúde e doenças dos povos indígenas, também são provocadas por fatores sociais e espirituais. Compreendendo que a pandemia, na perspectiva indígena, requer uma abordagem abrangente (ECMIA, 2020).

O cuidado visto pela espiritualidade indígena: A Associação de Mulheres Nativas do Canadá tem uma linha de emergência onde as Sábias ministram assessoria espiritual e apoio emocional. Da mesma forma, difundem informações para a prevenção do contágio e promovem estratégias de autocuidado por meio de suas redes sociais. Por sua vez, na comunidade Innu de Uashat, fogos sagrados são acesos a cada quatro dias para fortalecer as energias e os ânimos.

Na Colômbia, a função do cuidado espiritual é assumida pelos idosos e se realizam rituais; como no Chile, onde as "Machis" mapuches estão realizando cerimônias de emergência para pedir forças aos espíritos e enfrentar com vigor a pandemia.

PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA, ABUSO SEXUAL E TRÁFICO DE MENORES E ADOLESCENTES

Mulheres e meninas de origem indígena vivenciam uma situação de extrema vulnerabilidade, pois aspectos como sexo, racialização, deficiência e desigualdades territoriais recaem mais fortemente sobre elas, causando exclusão, exploração e marginalização, e mais ainda com fatores adicionais causados pela pandemia de COVID-19. Nesta situação, aumentam as outras violações de direitos, decorrentes da violência social estrutural, tanto por razões de gênero como de etnia, que se traduzem em exclusão dos serviços de proteção social e cuidado, justiça e fontes de trabalho decentes (CEPAL, 2020).

Organizações de mulheres indígenas e afrodescendentes promovem estratégias de prevenção em diferentes territórios da região latino-americana para enfrentar o abuso sexual e o tráfico de menores e adolescentes. As organizações da ECMIA apontam que a presença do exército e da polícia, tanto em áreas urbanas quanto rurais, as expõe a outras formas de violência perpetradas pelo Estado. Dessa forma, devem gerar mecanismos para prevenir, investigar, punir e esclarecer os atos de violência estrutural, oriundos de agentes estatais e não estatais contra a população indígena e suprimir os processos de criminalização de defensores e defensoras de territórios indígenas.

Outra questão central em tempos de pandemia tem sido a denúncia de abuso sexual de meninas, adolescentes e mulheres. Nesse sentido, a ECMIA tem se destacado neste tipo de situação, denunciando fortemente estes abusos. Aida Quilcué Vivas, Conselheira de Direitos Humanos da ONIC, membro da ECMIA, afirmou: "Não é uma questão isolada, é uma questão estrutural, é uma doutrina da Força Pública que deve ser desmantelada pelo bem da paz e da Colômbia e que essa forma xenófoba de nos olhar seja eliminada no país".

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E INDÍGENAS URBANAS

A COVID-19 coloca a todos em risco. No entanto, os indígenas com deficiência, por suas condições crônicas ou sistema imunológico debilitado, bem como aqueles com mobilidade reduzida, enfrentam maiores desigualdades no acesso a cuidados médicos durante a pandemia, devido à inacessibilidade das informações e do meio sanitário, assim como a diretrizes e protocolos médicos seletivos, que podem aumentar a discriminação no acesso aos cuidados de saúde (OHCHR, 2020). Muitos não conseguem manter distanciamento social e não têm a ajuda ou os suprimentos necessários.

Por outro lado, nas áreas periurbanas de muitas cidades existem grandes grupos de povos indígenas e afrodescendentes que emigraram para as cidades devido ao roubo de terras, deslocamento, militarização ou deterioração dos meios de subsistência das comunidades. Eles têm acesso limitado a serviços de saúde, água, moradia e muitas famílias dependem das mães que trabalham no setor informal. Este grupo de pessoas é vulnerável e não dispõe dos meios necessários para enfrentar adequadamente a COVID-19. Apenas com sua força de trabalho, muitas retornaram às suas comunidades de origem em busca de proteção e apoio para enfrentar a COVID-19, mas com o perigo de carregar a infecção. É uma situação que reflete outra forma de violação dos direitos dos povos indígenas.

EDUCAÇÃO E ACESSO ÀS TELECOMUNICAÇÕES



A brecha no acesso às telecomunicações reflete-se nas comunidades periurbanas e rurais, que têm pouco ou nenhum acesso à Internet, pelo custo ou distância. Durante a pandemia, milhares de jovens, meninas e meninos foram relegados dos processos educativos que são realizados de forma virtual. As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) continuam a ser um desafio para muitas mulheres indígenas e afrodescendentes, embora o acesso à tecnologia seja frequentemente em um nível formal, porque as relações de poder mantêm grandes grupos da população excluídos. Benefícios como telemedicina, educação virtual, entre outros, tornam-se inatingíveis para elas.

Uma experiência de incidência está sendo realizada por mulheres indígenas dos povos Tacana e Sirionó da Bolívia, questionando uma regulamentação educacional para implementar a educação virtual em tempos de pandemia. Liliana Velasco, da Tierra Comunitaria de Origen (TCO) de Tacana, afirmou sentir-se discriminada por iniciar as aulas em condições inadequadas, onde não há facilidades de computador ou celular e, em alguns lugares, o sinal de internet é fraco. Sobre este tema, Esmeralda Ribera afirmou: "Os povos indígenas estão sendo discriminados ao restringi-los na educação [...]. É muito caro e nem todo mundo tem computador ou celular, a verdade é que são três ou duas famílias que têm, mas como as outras famílias vão enfrentar isso? [...] Como vamos enfrentar a educação virtual se não temos nem para a cesta básica? Nós, assim como o povo Sirionó, temos tentado e temos certeza que para tratar esse coronavírus [...] teremos um governo eleito do qual poderemos exigir a questão da educação e exigir que haja remédios nos postos, que haja pessoal médico".

Em uma reunião virtual da Afro LASA, em 14 de maio de 2020, duas irmãs afro-costarriquenhas, Epsy e Shirley Campbell Barr, destacaram que a pandemia enfraqueceu ainda mais aqueles que já eram fracos e que as desigualdades raciais falam por si mesmo nos dias de hoje. "Em código de biografia", se reafirmaram a partir de sua identidade, com ênfase e corajosamente negras. Elas se consideram beneficiárias da educação pública e afirmam que em sistemas estruturalmente racistas a educação inclusiva é vital. Recomendaram alcançar, com ativismo e liderança, diretrizes específicas para o atendimento à população negra, buscando a igualdade de gênero para enfrentar as lacunas e vulnerabilidades.

Muitos líderes aprenderam a usar telefones celulares e se comunicaram por meio de mensagens de voz ou aplicativos. As jovens percebem a necessidade de aprender gestão de tecnologia e desenvolver mensagens e vídeos que permitam documentar a situação existente nas comunidades PIA, para processos de incidência junto aos órgãos municipais, regionais e estaduais.

RECONHECENDO NOSSAS CAPACIDADES E PONTOS FORTES



OFRANEH

A participação das mulheres é fundamental para a recuperação em tempos de crise. É hora de reconhecer os processos organizacionais com os quais as mulheres indígenas e afrodescendentes contribuem para criar ambientes de solidariedade em suas comunidades e fora delas; assegurar a proteção de seus territórios e patrimônio cultural, resolver a necessidade de ampliação dos espaços de participação e tomada de decisões. A COVID-19 revelou as qualidades e capacidades de liderança para a transformação e resolução efetiva dos problemas sociais e econômicos. As mulheres respondem à pandemia a partir dos diferentes espaços em que se movimentam e participam.

Sua cosmovisão e liderança na conservação da biodiversidade contribuem para repensar a sociedade; seu conhecimento ancestral ajuda a reconstruir sistemas agroalimentares mais sustentáveis, robustos e resilientes. O papel da mulher é vital para garantir a soberania e a segurança alimentar do planeta, preservando sementes e técnicas que promovam a produção de alimentos de melhor qualidade.

Suas estratégias visam prevenir o contágio, protegendo a família e as comunidades, e contribuindo para a criação de condições de sobrevivência física, mental e espiritual, tanto individual quanto coletivamente. Aqui estão algumas das estratégias que as mulheres indígenas e afrodescendentes compartilharam:

- Aplicação de padrões de governança responsável e conhecimentos comunitários ancestrais
- Conscientização, treinamento, educação e comunicação sobre COVID-19 em línguas indígenas
- Medidas para enfrentar a insegurança alimentar e criar condições de sustentabilidade na crise
- Priorizar a erradicação da violência e a resolução de conflitos em tempos de pandemia
- Promoção de respostas governamentais para enfrentar a crise nas comunidades indígenas
- Fortalecimento organizacional, coordenação e alianças com outros setores
- Garantir ambientes protetores frente a situações de crise no âmbito familiar e comunitário, valorizando de forma importante a proteção das crianças.

O Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres aborda as medidas que os governos devem tomar para defender os direitos das mulheres ad tempo de responder à pandemia de COVID-19 e à recuperação pós-crise. A diretriz enfatiza que os planos devem promover o empoderamento econômico das mulheres e abordar as desigualdades de gênero nos sistemas de emprego e proteção social. A este respeito, o presidente do Comitê da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher afirmou: "Saúdamos a liderança demonstrada por muitas mulheres na atual crise, garantindo medidas eficazes para proteger suas populações. O Comitê gostaria de ouvir mais vozes de mulheres na reconstrução da economia e da sociedade após a pandemia."

COMPARTILHANDO NOSSAS PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS

Construindo estratégias

A Organização Nacional de Mulheres Indígenas Andinas e Amazônicas do Peru está desenvolvendo uma plataforma de ação em três eixos estratégicos:

- 1) Advocacia nacional e regional para um espaço de diálogo direto e multissetorial entre o Estado e as organizações indígenas, com o objetivo de implementar medidas específicas de prevenção e contenção da emergência sanitária da COVID-19 nos povos indígenas;
- 2) Documentação sobre a situação das bases organizacionais locais no contexto do estado de emergência e como as comunidades têm enfrentado este desafio;
- 3) No nível comunicacional, tornando visível o trabalho de incidência.

Desenvolvendo empreendimentos

Artesãs e mulheres indígenas de vários países da região reorientaram seu trabalho para a produção de máscaras para evitar a disseminação da COVID-19. As mulheres da comunidade indígena Yalve Sanga de Boquerón, no Paraguai, contribuem para sua sustentabilidade econômica durante a pandemia produzindo máscaras que são adquiridas pela rede de farmácias Punto Farma. No México e no Peru, as mulheres indígenas estão produzindo máscaras com elementos naturais, como folhas de palmeira. No Panamá, as mulheres Guna as fazem com “molas”, e as garífunas, em Honduras, garantiram as máscaras para as comunidades.

Melhorando a comunicação

As organizações de mulheres desenvolveram novas práticas que lhes permitirão continuar funcionando, como afirma Yovani Alvarado, da Associação Florestal Comunitária da Guatemala Utz´ Che: “A pandemia nos permitiu explorar os meios de comunicação e treinamento virtual. Também estimulou o trabalho remoto, agora combinando os modos presencial e virtual. Também nos ajudou a desenvolver uma comunicação mais fluente entre as regiões, sem barreiras físicas devido à distância, bem como a ter uma maior capacidade de diálogo, de construção coletiva de propostas e articulação de redes entre organizações e entre os povos”.

Inovação para a sensibilização das mulheres indígenas

A ECMIA do México afirma que a pandemia influenciou o desenvolvimento de novas metodologias e dinâmicas. Sobre o assunto, Norma Don Juan afirma que para realizar oficinas é preciso encontrar, aprender e criar práticas nas quais se fortaleça a espiritualidade, sem ter contato com o território nem com a natureza nem com as comunidades.

No Peru, as organizações de mulheres indígenas exigem atenção intercultural para casos de violência contra mulheres, meninas e meninos indígenas. As mulheres indígenas da região destacam que os Estados não dispõem de mecanismos para identificar a etnia das mulheres vítimas de violência de gênero.

Saúde Integral

O FILAC, em seu relatório de 2020 sobre a COVID-19, indicou que a América Latina teria uma taxa de infectados bem acima da global, com impactos na saúde, e que a situação socioeconômica se agravaria devido às condições imunológicas, a existência prévia de epidemias em algumas áreas, e a notória carência de serviços de saúde e situações socioeconômicas. Consequentemente, boa parte das comunidades indígenas estariam altamente vulneráveis à chegada da COVID 19. (FILAC, 2020).

Apesar disso, as comunidades indígenas colombianas estão enfrentando a pandemia e retardando seu progresso com seus métodos tradicionais. Yidid Ramos, indígena Kankuama, da Sierra Nevada de Santa Marta, é o encarregado da componente de medicina intercultural tradicional da ONIC. Ela recebe todas as recomendações, conselhos e conhecimentos das “mayoras” (médicos tradicionais) do país, para difundir nas comunidades indígenas e assim combater a doença, afirmando o seguinte:

“Nossa saúde é integral”, diz Yidid Ramos à Agência Anadolu [...] A primeira ação é o controle do território, [...] só quem realmente tem o que fazer entra ou sai das comunidades. Em segundo lugar, Yidid acrescenta: “Há um conhecimento ancestral onde tudo começa, primeiro se faz uma harmonização espiritual e pagamentos a locais sagrados em todas as comunidades indígenas em todo o país, onde se pede permissão à Mãe Terra para controlar o vírus e para que venha a cura”. Há uma terceira frente relacionada ao uso de plantas próprias e à autonomia e soberania alimentar, quando um desequilíbrio é gerado no organismo. “As plantas amargas são utilizadas para rituais, e as plantas doces para banhos e harmonizações”, explica Ramos. Há uma quarta frente relacionada aos tratamentos da medicina tradicional articulada interculturalmente com a medicina alopática: [...] existem plantas e medicamentos específicos para cada estágio da doença com as respectivas medidas. [...] “Aqui a medida adotada é o isolamento preventivo em casa, mas como em nossas comunidades não há cômodos separados, deve ser arranjado em uma maloka ou um lugar isolado e outra pessoa deve passar a comida”.

A visão de mundo do PIA é holística, portanto, existe uma relação direta entre saúde, espiritualidade e conhecimento. Portanto, quando se trata de saúde, refere-se a todo o ambiente natural formado por seres humanos e não humanos. A abordagem desenvolvida entre mulheres indígenas e afrodescendentes promove o aprendizado e o intercâmbio de conhecimentos e capacitação entre os pares; por exemplo: para o desenvolvimento de produtos de biossegurança, artigos sanitários para mulheres e experiências de autocuidado.

Ações de incidência exigindo o estado de direito

Organizações de base comunitárias desenvolveram ações de incidência denunciando violações de direitos humanos. A Associação Florestal Comunitária da Guatemala Utz´ Che ´, em colaboração com outras organizações na Guatemala, preparou uma carta aberta exigindo acesso universal e gratuito à água potável para toda a população guatemalteca, e alocação de recursos financeiros para cumprir o direito humano à água e ao saneamento durante a pandemia. Outra iniciativa liderada por esta mesma instância foi uma carta sobre o contexto do COVID-19 e a avaliação da falta de resposta do governo da Guatemala à pandemia.

ALGUMAS CONCLUSÕES

A criminalização, anterior à pandemia, continua. A pandemia está levando um mundo de conhecimento, com os idosos que estão indo embora; existe uma liderança que começa a surgir e crescer sem os mais velhos. No contexto internacional, alguns setores têm questionado o consenso básico em torno aos direitos da mulher, acordado há mais de 25 anos, como a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), a Quarta Conferência Internacional da Mulher, realizada em Beijing, e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará). Assim, incorporar as necessidades das mulheres no atendimento à emergência é uma necessidade vital. É urgente que organizações internacionais e regionais como a Organização dos Estados Americanos (OEA), assim como seus Estados membros, fortaleçam o enfoque de gênero em suas análises e decisões, seus espaços de atenção e defesa dos direitos da mulher, como a Comissão Mulheres Interamericanas da OEA (CIM), os Mecanismos Nacionais de Promoção e assegurem a participação igualitária das mulheres nos gabinetes governamentais de resposta à crise. Desconhecer a abordagem de gênero irá aprofundar as desigualdades com efeitos que durarão no longo prazo e serão difíceis de reverter. Portanto, a participação igualitária das mulheres nas decisões e uma abordagem de gênero devem ser elementos centrais nas políticas de mitigação e recuperação da crise de saúde.

A expansão da pandemia de COVID-19 expôs as históricas desigualdades estruturais vividas pelas mulheres indígenas e afrodescendentes, que as colocam entre os grupos de maior risco devido às condições particulares em que vivem. A pandemia mostrou os múltiplos papéis que as mulheres historicamente assumiram e, particularmente, aqueles que assumiram durante a crise.

A Crise Climática e a crise provocada pela COVID-19 são globais e afetam todos os espectros da vida social e econômica. Durante a pandemia surgiram novas lideranças de mulheres jovens, que estão resolvendo os problemas enfrentados com uma abordagem abrangente. Ações que articulam essa liderança emergente em movimentos e organizações indígenas e afrodescendentes são catalisadas.

A articulação de experiências tem sido um problema em nível regional, porém, pode ser superada pela liderança de mulheres que trabalham de forma coletiva, ética e com equilíbrio na aprendizagem intergeracional.

A gestão das TIC pode contribuir para democratizar o acesso à informação e ao conhecimento, desde que recursos, infraestrutura e equipamentos adequados estejam disponíveis. Ressaltamos que nas áreas rurais ainda existe uma cobertura de internet precária e com altos custos de acesso. Além disso, equipamentos de hardware geralmente não atendem aos objetivos, muitas vezes devido ao desconhecimento de seu funcionamento, falta de manutenção e depreciação ao longo do tempo. Portanto, representa um desafio para projetos relacionados ao acesso às TIC levar em consideração a formação, de uma perspectiva intercultural e de gênero na gestão de plataformas e programas, se se deseja incluir mulheres (meninas e jovens) indígenas e afrodescendentes. Por outro lado, existe a necessidade, por parte das lideranças indígenas, de promover o desenvolvimento de softwares e mecanismos de informação criptografada, para proteger sua integridade física como defensores dos territórios. Os movimentos e organizações de mulheres têm se articulado no exercício e na reivindicação de seus direitos e na denúncia do aumento da violência, da discriminação e do racismo. A isso se soma a ausência e / ou ineficiência dos Estados.

Diante desse contexto adverso, as mulheres têm repensado suas ações e se organizado, de acordo com o grau de especialização, delimitando os papéis que lhes correspondem em cada nível organizacional.

Diante desse contexto adverso, as mulheres têm repensado suas ações e se organizado, de acordo com o grau de especialização, delimitando os papéis que lhes correspondem em cada nível organizacional. O contexto marcado pela COVID-19 leva-nos a concluir que existe uma necessidade sentida de garantir o pleno exercício dos direitos e, sobretudo, de proporcionar alimentação de qualidade, água potável, cuidados de saúde com pertinência cultural, acesso a informação e infraestrutura de internet adequada para fortalecer os processos educacionais em comunidades indígenas e afrodescendentes. Observa-se também que os efeitos devastadores causados pela pandemia poderiam ter sido evitados de alguma forma se os Estados tivessem líderes e estruturas adequadas e inclusivas para responder à crise global.

As mulheres indígenas e afrodescendentes organizadas e participando de organizações mistas, onde prevalecem as decisões dos homens, continuam buscando espaços de influência e abertura para sua participação por meio de mecanismos organizacionais e de empoderamento coletivo, por meio de encontros que lhes permitam compartilhar suas experiências, propostas, reflexões, saberes e conhecimentos com os seus pares nas plataformas sociais.

Destaca-se a fundamental importância e o papel das mulheres PIA, que, devidamente preparadas, podem enfrentar situações de risco. Assim, a pandemia, que agravou a crise sócio sanitária, mostrou setores excluídos e a desigualdade social, desencadeou um estado de incerteza; tornou-se uma oportunidade para a liderança de mulheres indígenas e afrodescendentes que, junto com os jovens, podem mostrar sua força e papel primordial na busca de soluções mais dignas e inclusivas em meio à crise.

Durante anos, as relações de poder relativas à cooperação para o desenvolvimento fortaleceram uma relação assimétrica; o novo contexto exige que as organizações da PIA trabalhem reciprocamente com seus parceiros aliados, recebam maior apoio direto e maiores recursos, para alcançar impactos sustentáveis em seu padrão de vida. Assim, os processos de fortalecimento institucional e organizacional tornam-se relevantes na construção de resiliência e novos horizontes para as mulheres indígenas e afrodescendentes.

As mulheres das organizações PIA, associadas, aliadas, participantes ou parceiras do Programa BUILD, expressam que não são beneficiárias dos doadores, são parceiras. Contribuem com uma visão holística, afirmam-se na espiritualidade e na ética para harmonizar, articular e exercer a governança e a liderança das mulheres.

FONTES CONSULTADAS

- <https://indigenascovid19.red/archivos/13506> Concertación para el Buen Vivir
- <https://forms.gle/jw3AwUgRg7i8uSi8A> Afrodescendientes de las Américas en contra del racismo y la brutalidad policial.
- <http://www.indepaz.org.co/entrevista-a-aida-quilcue/>
- <https://www.filac.org/wp/comunicacion/filac-informa/filac-emitio-hoy-recomendaciones-para-la-incorporacion-efectiva-de-los-pueblos-indigenas-en-planes-de-recuperacion-en-el-contexto-del-covid-19/>
- <http://ecmia.org> Informe Regional. MUJERES INDÍGENAS DE LAS AMÉRICAS FRENTE A LA PANDEMIA DEL COVID-19. Centro de Culturas Indígenas del Perú y el Enlace Continental de Mujeres Indígenas de las Américas (CHIRAPAQ-ECMIA). 11 de mayo del 2020.
- https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46620/S2000729_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y Las personas afrodescendientes y el COVID-19: develando desigualdades estructurales en América Latina, enero 2021.
- <https://www.rtve.es/noticias/20201217/mapa-mundial-del-coronavirus/1998143.shtml>
- http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano_es/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/ari33-2020-solanas-crisis-del-covid-19-y-sus-impactos-en-igualdad-de-genero
- <https://www.oas.org/es/cim/docs/ArgumentarioCOVID19-ES.pdf>
- <https://www.miqcb.org/>.
- <https://asociacionutzche.org/category/utz-che>
- <http://www.ecmia.org/index.php/ecmia/noticias/242-mujeres-indigenas-de-las-americas-repudian-violencia-cometida-por-fuerzas-del-orden-en-colombia>
- <https://www.forestpeoples.org/partner/aliansi-masyarakat-adat-nusantara-aman-indigenous-peoples-alliance-archipelago>
- <https://coica.org.ec/coiab/>
- <http://ccarcresearch.org/Memoria> "Reconociendo nuestras prácticas y conocimientos desde diferentes perspectivas, intereses y formas de aprendizaje, 5 de noviembre 2020.
- <https://www.filac.org/wp/comunicacion/actualidad-indigena/la-medicina-tradicional-con-la-que-pueblos-indigenas-de-colombia-hacen-frente-al-covid-19/>.
- https://www.ohchr.org/Documents/Issues/IPeoples/OHCHRGuidance_COVID19_IndigenouspeoplesRights_ES.pdf
GUIA: COVID-19 Y LOS DERECHOS DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS
- <http://onamiap.org/>
- https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/26117Dr_Cunningham_Article.pdf
- <https://asociacionutzche.org/pronunciamientos/>
- Victor Dukay and Kathy Irene Kennedy. "The Pandemic Shows Why Philanthropy Should Support Efforts to Improve Leadership Practices Across the Globe". Chronicle of philanthropy. April, 12, 2021.
- Medicina ancestral garífuna para combatir el coronavirus. Organización Fraternal Negra Hondureña (OFRANEH). 2020
- Dossier Pueblos indígenas mexicanos frente a la pandemia Covid19. CESS Colson 2020
- Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) y otros, "El impacto del COVID-19 en los pueblos indígenas de América Latina Abya Yala: entre la invisibilización y la resistencia colectiva", Documentos de Proyectos (LC/TS.2020/171), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2020.
- FILAC. Los pueblos indígenas ante la pandemia de COVID-19. <https://indigenascovid19.red/>



WWW.CCARCRESEARCH.ORG



WWW.FORDFOUNDATION.ORG



WWW.ENTREPOVOS.ORG